

MODELOS DE PROTEÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO DE EDUCAÇÃO

Maria das Graças Pericolo RIBAS¹

Silvia Maria Lima GUEDES²

Resumo: Apresentaremos nesse artigo uma análise comparativa das Políticas de Proteção Social desenvolvidas em determinados países desenvolvidos da Europa e da América, na área da Educação. Utilizaremos de pesquisa bibliográfica e também da Internet para o desenvolvimento do artigo. Pretendemos com isso contribuir com o estudo das Políticas Sociais e possibilitar o levantamento e a análise de variáveis importantes dessa área.

Palavras Chave: Proteção Social, Saúde, Educação, Políticas Públicas.

Introdução

Este artigo tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre os sistemas de Proteção Social adotados em diferentes países da Europa e América nas áreas de saúde e educação.

Pesquisamos os seguintes países: Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Finlândia e Brasil. A finalidade desta pesquisa é levantar dados que possibilitem fazer uma análise comparativa das Políticas de Proteção Social no segmento da saúde e educação.

¹ Assistente Social e especializanda do curso de Políticas Sociais e Processos de Gestão, mantido pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” em Presidente Prudente-SP.

² Assistente Social e especializanda do curso de Políticas Sociais e Processos de Gestão, mantido pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” em Presidente Prudente-SP.

1. Política Social em Educação

Iniciaremos o trabalho apresentando os sistemas educacionais que são desenvolvidos nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Finlândia e faremos a comparação com o sistema educacional brasileiro.

1.1 Estados Unidos

De maneira geral, as escolas ou instituições públicas nos Estados Unidos são financiadas por fundos públicos ou pelos contribuintes, mas também existem escolas particulares que usam recursos privados e que são abertas a todos os que cumpram os requisitos de admissão, ou que paguem as mensalidades.

Após o nível secundário, há escolas profissionalizantes que oferecem cursos diretamente relacionados ao trabalho, tais como secretariado, mecânica de automóveis etc.

Os Estados Unidos têm o ensino superior dividido entre universidades de pesquisa, universidades de ensino e pós-secundários profissionalizantes, todos sustentados por meio de mensalidades, parcerias com o mercado, verbas de fundações e subsídios públicos.

O ensino superior nos Estados Unidos inclui faculdades locais que ministram cursos básicos de 2 anos de duração; faculdades regulares, onde geralmente os cursos ministrados em nível de bacharelado, licenciatura ou similar exigem 4 anos e universidades, instituições mais abrangentes que oferecem tanto os cursos de graduação, quanto os de mestrado e doutorado.

Nos Estados Unidos existem instituições particulares universitárias que são voltadas para a elite e existem as universidades públicas, que representam mais de dois terços do sistema universitário do país.

1.2 Alemanha

Na Alemanha, a frequência escolar é obrigatória e se estende desde os 6 anos completos até os 18 anos, o que configura um período de 12 anos de estudo. A obrigatoriedade dos estudos é realizada em duas fases: a primeira é básica e tem a duração de 9 anos em tempo integral e a segunda implica 3 anos de ensino profissionalizante em tempo parcial. Nessa fase, o ensino é público e o material escolar é distribuído gratuitamente ou emprestado aos alunos.

Para ter acesso aos estudos superiores, um aluno necessita de um diploma de maturidade para a escola superior ou para a escola politécnica. Por causa do grande número de aspirantes inscritos e do número insuficiente de vagas, existem restrições de matrícula para alguns cursos em todo o território nacional, ou em algumas regiões de maior procura.

Os critérios de seleção, tanto no processo seletivo central, como no local, são, sobretudo a média das notas do *habitur*, um exame que é feito quando o aluno atinge a última etapa do 2º grau. O aluno aprovado nesse exame obtém “o diploma de maturidade para a escola superior”, geralmente após 13 anos de estudos letivos.

1.3 Inglaterra

O sistema educacional da Inglaterra funciona da seguinte forma: a partir dos 18 meses de vida, qualquer criança pode frequentar a creche para que seus pais trabalhem. Os que ainda estiverem abaixo da idade escolar oficial e que têm um dos pais em casa, também podem frequentá-la algumas vezes por semana.

A partir dos 5 anos, passa a ser obrigatória a frequência escolar, regra que se estende até os 16 anos. Os pais que não enviarem as crianças para a escola, podem responder a processo e ir para a cadeia.

O governo investiu 4,8% do PIB de 2000/2001 em educação e as escolas estatais na Inglaterra administram 85% dos fundos que recebem do governo. (British Embassy)

Ao final de 11 anos de ensino obrigatório, os jovens britânicos podem escolher se desejam ingressar no mercado de trabalho ou se preferem dar continuidade aos seus estudos acadêmicos. Se optarem por continuar na escola, podem matricular-se em um curso profissionalizante técnico, ou seguir uma carreira universitária.

Até 1990, o governo pagava os estudos de quem não pudesse arcar com os custos da universidade. Desde então, como consequência da onda neoliberal que atingiu o mundo naquela década, esses programas públicos e universais vêm sendo substituídos por programas de crédito educativo³.

1.4 Finlândia

O período de escolaridade obrigatória na Finlândia é de 9 anos, dos 7 aos 16 anos de idade. Não existe ensino pré-escolar obrigatório no país, nem escolas privadas para competir com as escolas públicas, apesar da ausência de impedimentos legais para isso.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa (OCDE) crê que isso se deve basicamente à falta de acesso das escolas privadas aos fundos públicos e ao fato de que a Finlândia possua uma educação de qualidade excepcional. A manutenção de níveis de qualidade consistentes e elevados em todos os pontos do país o situam em 1º lugar nas comparações internacionais quanto à competência de leitura dos adolescentes.

Aos 16 anos, tendo completado sua escolaridade obrigatória, os jovens finlandeses podem decidir entre continuar os seus estudos acadêmicos numa escola secundária, ou ingressar numa instituição de ensino profissional. Sendo um país bilíngüe, existe formação em finlandês e em sueco para todos os níveis de ensino.

O grau de eficácia do sistema educacional finlandês tem a ver com o fato de estarmos falando de um dos países com a mais alta taxa de recursos públicos investidos na educação, com um grau de comprometimento absolutamente notável e com grandes investimentos na internacionalização, como por exemplo, os finlandeses têm vários cursos lecionados em inglês.

Os princípios gerais da política de educação são aprovados pelo parlamento finlandês, sendo o governo e o Ministério da Educação, os órgãos públicos encarregados da implementação desses princípios em relação ao nível central. O Ministério é orientado pelo Conselho Nacional da Educação nas questões relacionadas à escolaridade obrigatória, ao ensino secundário, às instituições de formação profissional e à educação de adultos.

³ Todos os dados encontrados sobre esse tópico estão disponíveis na página em português da Embaixada Britânica. <http://www.britishembassy.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1079977174251>

Ao longo dos últimos anos, o ensino superior na Finlândia tem se desenvolvido com base em dois setores paralelos: o setor universitário e o setor politécnico. O sistema universitário engloba 20 universidades. Todas são propriedade pública e geridas publicamente. Existem 33 institutos politécnicos no país: a maior parte deles é composta por instituições multidisciplinares e de caráter regional, que dão particular atenção aos contatos com a indústria e com o comércio locais.

As instituições de ensino superior criadas no âmbito do setor politécnico têm como característica fundamental a aposta numa formação mais orientada para a prática e seu objetivo é formar profissionais capazes de responder aos novos desafios do mercado de trabalho.

Como o país dispõe de uma quantidade relativamente limitada de recursos naturais, tem sido dada muita ênfase aos seus recursos humanos. Dois aspectos encorajaram as pessoas a dar maior atenção à formação profissional. O primeiro deles é o fato da maioria dos países industrializados terem aumentado a necessidade de pessoal com boa formação e com qualificação profissional adequada. O segundo aspecto é que quando o desemprego disparou nos anos 90, os trabalhadores foram forçados a procurar empregos em outros setores da economia, para os quais não tinham qualificação, nem formação.

As rápidas transformações ocorridas no mercado de trabalho têm exigido uma constante adaptação das universidades e dos cursos politécnicos, que têm aumentado os planos de estudo multidisciplinares, permitindo melhores condições para seus egressos no mercado de trabalho.

1.5 Brasil

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o analfabetismo entre a população brasileira de mais de 15 anos caiu de 20,1% em 1991 para 17,2% em 1994. A escolaridade entre as crianças de 7 a 14 anos também melhorou um pouco, passando de 91,6% para 92%, mas apesar dos índices positivos, o Brasil ainda tem cerca de 3,5 milhões de crianças fora da sala de aula e a repetência e evasão ainda são crônicas no primeiro grau. A

falta de recursos das escolas, a formação inadequada de parte dos professores e a situação econômica dos alunos agravam essa situação. (VESPER, 2005)

A mesma fonte indica que em 1994, a taxa média de repetência em todo o ensino fundamental chegava a 83% e o abandono definitivo da escola a 5,2%. O Nordeste, além de ter 37% do total de analfabetos, é a região que apresenta 38,5% dos casos de evasão e repetência em todo o país.

Como forma de solução para esse problema, foi criada a Bolsa-escola, um dos projetos que destinam um salário mínimo às famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 50,00 para que mantenham seus filhos nas escolas. Em 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a dar assistência técnica e financeira aos Estados com alto número de repetência - como os do Nordeste - para instalação de 'classes de aceleração', uma espécie de supletivo para crianças, em que cada ano equivale a dois anos de uma classe regular.

Outro problema grave no sistema educacional brasileiro é a qualidade de ensino e o baixo aproveitamento dos alunos que freqüentam as aulas. Para solucioná-lo, o Ministério da Educação criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) para verificar a qualidade do ensino e o desempenho dos alunos de primeiro e de segundo graus. Em 1995, houve um teste de Português e de Matemática, participando das provas alunos de 4ª à 8ª séries do 1º grau e da 2ª e 3ª séries do 2º grau, em escolas públicas e privadas.

O teste foi realizado em todos os estados do país, tendo um baixo índice de acerto. Em Língua Portuguesa, por exemplo, os alunos da 4ª série acertaram em média de 50,6% das questões. Em Matemática, esse índice foi de 38,3%.

A avaliação do ensino superior teve início em 24 de novembro de 1995, sendo realizado pela Avaliação Nacional de Cursos. O Provão, como é chamado popularmente, não tem o poder de reprovar os alunos que o prestam, mas serve para que o Conselho Nacional de Educação e a Secretária de Ensino Superior avaliem a qualidade de ensino ministrado pelas instituições superiores.

Também em 1995 foi lançado o Projeto TV Escola, em que cada escola pública de primeiro grau com mais de 100 alunos deveria receber R\$ 40.000,00 para a compra de televisão, vídeo-cassete, antena parabólica e fitas de vídeo. Com esses recursos, passaram também a ser abordados assuntos como Meio-ambiente, Orientação Sexual, Saúde e Ética, além das disciplinas tradicionais.

O financiamento do ensino básico no Brasil é de responsabilidade dos governos estadual e federal, cabendo ao Governo Federal a área do Ensino Superior. Em 1996, apenas R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 9 bilhões do orçamento do Ministério da Educação foi destinado às escolas de ensino básico. (VESPER, 2005).

A desmotivação dos professores, causada pelos baixos salários e pelo despreparo profissional, são fatores determinantes para a má qualidade do ensino público. No Brasil, as diferenças salariais são enormes: enquanto um professor da rede pública estadual do Rio Grande do Norte no ano de 1996 recebia R\$ 158,30 por 40 horas semanais no Distrito Federal ele recebia R\$ 847,00. (VESPER, 2005)

Se comparados aos salários de professores em outros países, a diferença é ainda maior. Nos Estados Unidos, por exemplo, o salário de um professor com carga horária de 35 horas semanais é de US\$ 3,000.

Essa situação não apenas leva muitos professores a abandonar a profissão, como os baixos salários acabam alimentando o despreparo dos que se mantêm em atividade, ao forçá-los a uma sobrecarga de trabalho, não permitindo que invistam em aprimoramento profissional.

Conclusão

A realização desse artigo permitiu acesso a dados importantes em relação à prática educacional em vários países do mundo, comparados com o Brasil.

A Finlândia, por exemplo, tem uma taxa elevada de recursos públicos investidos na educação, resultando em uma grande eficácia do sistema. No país, é investido cerca 5,8% do PIB em educação. O sucesso da educação no país é atribuída à sólida formação dos docentes e a um quadro educacional muito claro, pois o sistema é uniforme, obrigatório e gratuito, permitindo o acesso para todos.

Os professores são altamente qualificados e as mães dos alunos, ao se incorporarem ao sistema de trabalho, garantem a motivação dos seus filhos para o estudo. As escolas contam com boas instalações e o sistema educacional é livre, contando com famílias que participam efetivamente, tanto das atividades acadêmicas, quanto com dinheiro, quando necessário, para solucionar as dificuldades da escola.

Já no Brasil, o financiamento do ensino público básico e secundário é responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federal, ao passo que o ensino superior é de competência do governo federal.

O investimento em educação em nosso país nem de longe se aproxima do apresentado pelo Finlândia e o pouco que é feito, até recentemente sofria uma inversão perversa: em 1996, apenas R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 9,0 bilhões do orçamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) era destinado às escolas de ensino básico, que atendem a grande massa da população e que deveriam oferecer à maioria dos jovens em idade escolar um conhecimento mínimo para adentrarem satisfatoriamente no mercado de trabalho.

O restante do orçamento federal, correspondendo a cerca de 80% do total, foi distribuído entre universidades - que atendem uma parcela mínima da população (cerca de 5%) e que privilegiam poucos em detrimento de muitos - e as escolas profissionais.

Houve tentativa de equilibrar esses investimentos e aumentar os recursos estaduais para a educação básica e fundamental, mas em 2003, por exemplo, foram reduzidas 57,8%, das verbas que eram destinadas a essa área, passando dos R\$ 1,9 bilhões gastos na educação básica em 1996, para R\$ 791 milhões.

Ou seja, num mundo globalizado - onde o conhecimento é a maior moeda de troca para o desenvolvimento e a maior manifestação de riqueza de um país - enquanto a Finlândia valoriza cada vez mais o preparo educacional de sua juventude investindo em qualidade de ensino, o Brasil reduz pela metade as verbas já minguadas destinadas à formação básica de futuros profissionais e essa falta de visão política, com certeza, poderá comprometer seriamente a nossa competitividade técnica no mercado internacional do futuro.

Ao pesquisar o sistema educacional da Alemanha, foi detectado que educação é obrigatória dos 06 aos 18 anos e que, para frequentar o ensino superior, os alunos precisam apresentar um diploma de maturidade, obtido por meio de um exame de conhecimento. Esse exame é denominado *Habitur* e habilita os jovens aprovados a estudar em qualquer área curricular de Instituições de Ensino Superior.

No ensino público alemão é feita a distribuição do material escolar aos alunos por meio de empréstimo, tendo semelhanças com o sistema adotado aqui no Brasil, onde também há a distribuição do material escolar por meio de empréstimo para os estudantes que estiverem cursando o ensino básico. Posteriormente, tanto os jovens brasileiros, quanto os alemães, devem devolver os livros à escola para que sejam repassados aos alunos que estiverem cursando aquela série no ano seguinte.

Uma outra similaridade que foi encontrada entre o ensino brasileiro e o alemão é a prática do *Habitur* na Alemanha, e que, guardadas as devidas proporções, corresponde ao Vestibular que é realizado pelos estudantes no Brasil, pois se através do *Habitur* é possível o ingresso dos jovens qualificados no ensino superior naquele país, aqui essa qualificação é feita através do Vestibular, que avalia o grau de conhecimento dos alunos advindos do ensino médio e que desejam cursar uma faculdade.

Já nos Estados Unidos, observou-se que o ensino superior pode durar de dois a quatro anos, sendo que os cursos básicos têm dois anos de duração e os cursos de graduação, mestrado e doutorado, quatro anos. Nos Estados Unidos há uma valorização maior dos cursos profissionalizantes e seus egressos têm, dependendo da demanda do mercado, salários superiores ao de quem possui um curso de graduação.

O Brasil possui semelhança com os Estados Unidos no que diz respeito ao tempo de duração dos cursos de nível superior. Aqui, os cursos técnicos também têm a duração de dois anos, enquanto os cursos de graduação têm a média de quatro anos de duração, mas em nosso país, os cursos profissionalizantes sempre foram uma espécie de “patinho feio” da educação.

No Brasil das carências primitivas, esses cursos não serviam para "salvar criancinhas" da ignorância, como o ensino fundamental, nem representavam para a classe média um passo rumo à ascensão social, a exemplo do canudo da faculdade. Muitas escolas técnicas brasileiras sofrem com a falta de recursos e têm uma demanda relativamente baixa, mas nos últimos anos, projetos inovadores têm procurado inovar a imagem desses cursos.

Núcleos técnicos de estudo e treinamento como o SEBRAE, por exemplo, passaram a formar com seus cursos uma mão-de-obra ativa e sofisticada, capaz de oferecer soluções para grandes empresas ou, muitas vezes, qualificando pessoas para tocar o próprio negócio com eficiência e talento.

Na Inglaterra, o sistema educacional oferecido à população pode começar quando uma criança está com um ano e meio, mas é optativo. Em geral, essa prática permite que a criança fique sob a tutela da escola para liberar os pais para o mercado de trabalho, mas o ensino obrigatório propriamente dito começa a partir dos cinco e vai até os dezesseis anos de idade. Em janeiro de 1999, nove em cada dez crianças em idade escolar freqüentavam as escolas estatais, indicando um alto índice de alfabetização no país.

Quando os jovens completam os onze anos de ensino obrigatório, eles podem escolher se querem ingressar no mercado de trabalho ou continuar seus estudos acadêmicos. Caso optem por continuarem a estudar, podem se matricular em escolas profissionalizantes ou em uma universidade.

Até o ano de 1990 era o governo britânico quem custeava os estudos daqueles que não dispunham de condições de pagar uma faculdade, mas em consequência da política neoliberal que surgiu naquela década, esses programas públicos e universais estão sendo substituídos por programas de crédito educativo. Essas medidas, se por um lado permitiram maior autonomia das escolas para lidar com seus recursos, por outro, limitaram o acesso de jovens menos aquinhoados a uma educação mais elevada.

Comparativamente com a Inglaterra, o sistema educacional no Brasil também inicia cedo. Antes mesmo do primeiro ano de vida, as crianças têm atendimento nas creches públicas, onde podem permanecer até os seis anos de idade, igualmente com a finalidade de liberar os pais para o mercado de trabalho. Nem sempre há vagas disponíveis para atender toda a demanda, mas os governos estaduais e os municipais, principalmente na região Sul e Sudeste, preocupam-se em investir na área, pois o mercado necessita da mão de obra dos pais.

O ensino também é obrigatório no Brasil, com duração de onze anos e como na Inglaterra, ao terminar seus estudos os jovens podem escolher ingressar no mercado de trabalho sem maiores qualificações ou preparar-se melhor em uma universidade. Também podem se matricular em cursos técnicos ou profissionalizantes, mas como em nosso país não há vagas suficientes para atender a todos os candidatos às universidades públicas, o Vestibular acaba provocando uma seleção natural entre aqueles que não conseguiram ter um ensino básico de qualidade.

Esse fato exclui grande parcela da população – a mais carente, paradoxalmente - do ensino superior gratuito e os obriga a buscar outras alternativas para se qualificarem para o mercado de trabalho ou a ingressarem nele como mão de obra barata e não-especializada, com menores salários e menores oportunidades.

Como na Inglaterra, infelizmente, ao adotar a política social do neoliberalismo, o Brasil também seguiu a tendência de reduzir os investimentos sociais. Nesse novo quadro político, a escola, a universidade e os trabalhadores em educação perderam sua importância como elementos de um projeto nacional e popular. Gasto público com educação passou a ser visto assim mesmo: como gasto. O que foi herdado do período populista é, do ponto de vista do modelo econômico atual, uma herança inútil, mal administrada e com poucos resultados aparentes.

Os museus universitários, os laboratórios, as pesquisas, as bibliotecas públicas sofisticadas – representam algo de que o Estado do Bem-Estar Social falido e corrupto precisava se livrar, pois significam um enorme ônus em um momento em que seria necessário investir altas somas na educação básica.

Assim, provando-se incapaz de prover toda sua população com um ensino de qualidade, o Estado brasileiro repassou grande parte de sua responsabilidade para a iniciativa privada, concedendo indiscriminadamente cartas de funcionamento a todo e qualquer aventureiro que se dispusesse a investir nessa área.

Para muitos desses “mercenários do ensino” devidamente cartorados pelo Estado, a educação passou a funcionar - e a ser vista – não como uma necessidade fundamental para o desenvolvimento tecnológico do país, mas sim como um investimento privado do indivíduo, tendo de um lado, o aluno como cliente e do outro, o empresário do setor.

A escola pública, falida, desmotivada, desestruturada e desvalorizada por um descaso do governo que dura algumas décadas, abriu espaço para a multiplicação ilimitada de escolas

particulares – muitas sem qualquer qualidade e sem a devida fiscalização do poder público - e a Educação se transformou em mais uma área para a acumulação de capital, ignorando atendimento que deveria dar às classes mais necessitadas de qualificação.

Há muito ainda a ser trabalhado na mentalidade dos representantes populares que lidam com as políticas sociais no Brasil. Esta pesquisa, avaliando sistemas educacionais paralelos aos nossos e aplicados em países considerados desenvolvidos, nos mostram que existem caminhos que podem ser copiados e que, se houver vontade política, há sim, grande possibilidade de se preparar melhor a enorme força de trabalho que constitui uma das maiores riquezas de nosso país.

Referências Bibliográficas

BOITO, Armando Jr. *Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil*. In **Revista Espaço Acadêmico**. Julho de 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14cboito.htm>. Acesso em 30/06/2005.

BRITISH EMBASSY. O reino Unido e o Brasil. Disponível em: <http://www.britishembassy.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1079977174251>. Acesso em 18/07/2005.

CASTRO, Roberto C. G. *Uma republica em ruínas*. In Universidade 3 Texto completo. Disponível em: http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2000/jusp502/manchet/rep_res/rep_int/univers3.html. Acesso em 02/07/2005.

CONSTANTINO, Luciana. *Investimento em educação cai 58% desde 95*. In **Folha On Line-Educação**. 06/08/2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15889.shtml>. Acesso em 05/07/2005.

Crescimento de instituições privadas de ensino superior é fenômeno mundial. In **Reforma Universitária**. 10/09/2004. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/07.shtml>. Acesso em 01/07/2005.

Educação e treinamento. In: **O Reino Unido e o Brasil**. Disponível em <http://www.britishembassy.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1079977174251> . Acesso em 22/07/2005.

Educação no Brasil. In **Vésper Estudo orientado**. Disponível em: http://www.escolavesper.com.br/atualidades/educacao_no_brasil.htm. Acesso em 02/07/2005.

Escolas profissionalizantes formam gerações cada vez mais disputadas pelo mercado de trabalho. In **Aprendiz Guia de Empregos**. 30/09/2002. Disponível em: http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/primeiro/info/artigos_041002.htm. Acesso em 20/07/2005

MORÁN, Carmem. *Finlândia é nota dez em educação*. **El País**. 23/12/2004. Disponível em : <http://www.consciencia.net/2004/mes/17/edu-finlandia.html>. Acesso em 08/07/2005

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Sistema Educacional, 2004. Disponível em www.alemanha_online.de/educ.php. Acesso em 18/07/2005.

SOLIZ, Neusa. *O Sistema de Saúde vai mal*. In **Deutsche Welle – DW World.de**, 01/05/2003. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw> . Acesso em 20/07/2005.